

DOSSIÊ TEMÁTICO

GEOGRAFIAS TEXTUAIS E AS CONFIGURAÇÕES DA LINGUAGEM

A MORTE DO AUTOR: REFLEXÕES ACERCA DE “PLACE AND THE NOVELIST”, DE DOUGLAS POCOCK

DEATH OF THE AUTHOR: REFLECTIONS ON “PLACE AND THE NOVELIST”, FROM DOUGLAS POCOCK

Ivo Venerotti*

Rafael Ottati**

Resumo: Em 1981, era publicado o seminal artigo “Place and the Novelist”, do geógrafo inglês Douglas Pocock. Tal artigo expandiu o campo de estudos da Geografia, ao demonstrar que textos literários poderiam servir como objetos de estudo para os geógrafos. Diversas obras importantes da Literatura de seu país foram analisadas, por meio de conceitos, como a relação dialética entre o homem e o lugar, e o lugar entendido como pessoa. No entanto, a crítica literária, já havia algumas décadas, excluíra a figura do autor físico de suas metas analíticas, ou seja, o autor havia sido declarado morto. Pelos textos de Roland Barthes, Michel Foucault e Maurice Blanchot, este artigo almeja centrar Douglas Pocock nessa discussão, de forma a reposicionar a figura do Autor, enquanto pessoa em profunda e dialética relação com o mundo que o cerca.

Palavras-chave: Autor.Lugar. Douglas Pocock.

Abstract: In 1981, Douglas Pocock published a seminal and fruitful article: “Place and the Novelist”. Its importance to the studies of Geography and Literature relies on the fact that the literary text was being used in more than as an exemplification role: it was the very object of study. Through concepts, such as the symbiotic relationship between man and environment and place being viewed as people, the British geographer demonstrated how the approach of Literature could help the geographical reflection. However, Literary Studies, since some decades before, had ruled out the figure of the Author as a person from its analytical goals. This article shall highlight the relation between author, work and the place, by widening Pocock’s

* Doutorando em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail para contato: ivovenerotti@gmail.com.

** Mestre e doutorando em Literatura Comparada, pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Literatura, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista da CAPES na época de envio deste artigo. E-mail para contato: rafael.ottati@gmail.com.

article discussion. To achieve that end, texts from Roland Barthes, Michel Foucault and Maurice Blanchot will be discussed.

Keywords: Author.Place. Douglas Pockock.

INTRODUÇÃO

Há 32 anos, foi publicado o artigo “*Place and the Novelist*” (O lugar e o romancista¹), do geógrafo britânico Douglas Pockock. Trata-se de um marco nos estudos de geografia e literatura, pois, até então, os geógrafos, ao se valerem de textos literários, faziam uso desses somente para exemplificar uma teoria ou conceito (BROSSEAU, 2007, p. 61). Entretanto, Pockock compreende a Literatura não apenas como recurso para o melhor entendimento sobre a relação entre o homem e o lugar, mas também como fonte a ser usada nas análises. Diferente de seus antecessores, o geógrafo britânico percebeu que o discurso literário tem valor enquanto tal, ou seja, que é paralelo à análise. Conforme Marc Brosseau aponta, “os raros artigos publicados antes dos anos de 1970, principalmente os de Bacor (1931), Darby (1948), Gilbert (1960) e Peterson (1965), debatiam a utilização *eventual* do romance como *complemento* das análises regionais.” (2007, p. 18, grifos nossos).

Não obstante a obra literária possuir em sua tessitura ficcional elementos que remetem à supracitada relação, além disso, para a visão geográfica sobre a literatura, elementos oriundos da existência do autor

da obra perpassam nas entrelinhas. Àquela época, contudo, a cadeira de Teoria da Literatura e a da Filosofia Estética vinham de uma longa e árdua discussão acerca da presença ou ausência da figura do Autor na obra, assim como até que ponto ela seria importante para a interpretação do texto (ALMEIDA, 2011; BARTHES, 2004; FOUCAULT, 2009). Para exemplificar tal debate, salienta-se que o filósofo francês Roland Barthes publicou em 1967 um artigo intitulado *A Morte do Autor*.

Douglas Pockock, embora não mencione diretamente a questão da morte do autor em seu artigo, insere-se intertextualmente na discussão, uma vez que sua abordagem é importantíssima para o estreitamento de ambas as áreas do conhecimento. Sua análise geográfica do texto literário apreende-o como um artefato, como um produto feito por *alguém*. Seus conceitos, como a dicotomia lugar subsequente/lugar primevo, por exemplo, relacionam-se diretamente com a experiência do autor da obra, assim como a dos personagens da mesma. Conhecer um lugar interfere diretamente na descrição do mesmo, na obra, mesmo que esta não foque na representação do real. Conforme será debatido à frente, o uso de obras do Romantismo, período caracterizado pela ficcionalidade passional, próxima ao objeto representado, sem cunhos imparciais e/ou testemunhais (como a do Realismo iria

¹ Ao longo do texto serão utilizadas traduções livres do texto em questão.

defender), corrobora o amplo e fecundo uso da Literatura pela Geografia.

Se anteriormente, portanto, as obras literárias eram buscadas apenas como apoio, Pocock propõe que as mesmas sejam ponto de partida de uma interpretação ao invés de servirem unicamente como exemplo. Desta maneira, as produções estéticas da Literatura transformam-se no foco de suas reflexões, já que elas "*Illuminate various aspects of the mutual interaction between man and environment*"² (POCOCK, 1981, p. 337).

Pocock inaugurou uma abordagem e, embora seja citado por trabalhos da área, não encontrou seguidores, de fato, no Brasil. Como escreve Marandola (2006, p. 68), ao fazer referência aos principais estudos nesse campo, nenhum pesquisador "seguiu *stricto sensu* as propostas de Tuan e Pocock". Como consequência, os estudiosos nacionais "produziram leituras próprias, principalmente adaptadas aos romances e ao espaço brasileiro". Dito isto, se hoje estamos diante de uma relação profícua entre geografia e literatura, e o presente Simpósio Internacional sobre o tema confirma esse quadro, isto se deve, principalmente, a Douglas Pocock.

Sendo assim, este artigo, ao interpretar o pioneiro texto do intelectual anglófono, busca contribuir para aqueles que se dedicam à interlocução desses dois campos do saber. Isto posto, vale dizer, o texto de Pocock estrutura-se sobre os seguintes pontos: o lugar primevo, o contraste com os lugares subsequentes, a importância

do tempo na experiência do lugar e "*[in] the symbiotic relationship between man and environment, place maybe considered as people, and people as place*"³ (POCOCK, 1981, p. 337). Levando em consideração o espaço limitado deste artigo, focaremos em suas duas primeiras seções, que tratam tanto de questões pertinentes à crítica literária quanto do conceito de lugar e de sua relação com os autores. Além disso, dialogaremos diretamente com a questão da morte do autor e como o texto do geógrafo inglês pode iluminar partes dessa querela intelectual, abrindo uma porta interpretativa válida e fecunda para os estudiosos de literatura.

O LUGAR E O ROMANCISTA (PLACE AND THE NOVELIST)

Dentre o escopo de produção literária, Pocock trabalha com romance, gênero livre popularizado a partir do Romantismo. Embora inventado antes da citada escola literária, o geógrafo percebe que é a partir de então que os livros reúnem determinadas características que seriam relevantes aos estudos geográficos. Em suas palavras, "*[...]now, the novel was time-specific and, thus, by implication, place-specific also*"⁴ (1981, p. 337). O romance é um gênero literário, uma forma de expressão burguesa, com unidade de tempo, espaço e ação, diferente das histórias medievais, "destemporalizadas". Os textos medievais retratavam uma verdade moral e, para que esta se tornasse universal,

² "[...] iluminam vários aspectos da mútua interação entre homem e ambiente".

³ "[...] na simbiótica relação entre homem e ambiente, o lugar pode ser considerado pessoas e pessoas, lugar".

⁴ "[...] agora, o romance passou a ter tempo especificado e também, por implicação, um *local especificado*".

servindo a propósitos disciplinarizantes, não poderia ter especificidades de tempo nem de lugar. Dito isto, Pocock percebe o romance como uma ponte para o entendimento da relação entre o homem, o espaço e o lugar, pois “o romance [...] recorre aos espaços e lugares [...] e nessa busca também conhecemos algo de novo sobre o espaço e os lugares dos homens” (BROSSEAU, 2007, p. 94).

O Romantismo, cabe ressaltar, trouxe algumas inovações ao mundo livresco, das quais destacam-se: a primazia do sentimento em prol da razão e o deslocamento do particular para o centro da obra literária, de forma que o modelo de escrita medieval não atendia mais às necessidades ficcionais de então. De acordo com o teórico Benedito Nunes (2005, p. 58), o indivíduo racional da Ilustração foi substituído por um indivíduo egocêntrico:

as duas matizes codeterminantes da visão romântica se relacionam entre si. A vida interior, espiritual, livre e profunda, a que leva a capacidade expansiva e o poder irradiante do Eu, concretiza-se em tudo aquilo que o indivíduo tem de singular e característico, e por tudo quanto nele, dos sentimentos aos pensamentos, é capaz de, sob a tônica do entusiasmo, manifestar espontaneamente, aflorando ao exterior, pela riqueza superabundante de conteúdos que possuam força própria, a súpula dos elementos pessoais e intransferíveis que constituem o índice de sua originalidade.

Nas palavras de Pocock (1981, p. 337), “*sense of the particular, as opposed to*

the generalized, needed the detailed eye of the Romantics who approached the general by concentrating on the particular”⁵. Após esta importante etapa dos romances ingleses, outro grupo de escritores surgiu: “*During the second quarter of the nineteenth century the novelist’s pen began more fully to depict particular localities, thereby given rise to the genre of the english regional novel*”⁶.

Embora os romances de cunho regionalista remontassem a técnicas de representação mais verossímeis – isto é, mais próximas daquilo que estava servindo de modelo para a retratação ficcional –, Pocock nega-se a focar exclusivamente neste gênero literário. Para o geógrafo, o termo “regionalismo” mostra-se específico demais, tanto para o acúmulo de obras que atendessem a esse rótulo, quanto à escala espacial que tal rótulo exige. Assim, ele mantém a literatura como objeto de estudo da geografia em um caráter mais amplo – não se atendo, portanto, a obras preocupadas em representar o mais fielmente possível o ambiente.

Nessas trilhas, nossa relação com os lugares que nos cercam é repleta de afetividade, de tal sorte que nos encontramos em um contexto fruto de uma interação entre o homem e o meio em que se insere. Dessa maneira, acaba ocorrendo uma hierarquização dos lugares interiorizados ao longo da trajetória vivida. Nas seções

⁵ “[...] o sentido do particular, oposto ao do generalizado, precisava do olhar detalhado dos Românticos, que atingiram o geral por concentrar no particular”.

⁶ “[...] ao longo do segundo quarto do século XIX, a caneta do romancista começou a perceber e descrever melhor locações particulares, por conseguinte, dando notoriedade ao gênero de romance inglês regionalista”.

seguintes deste artigo, abordaremos tais relações, a partir de Pockock, dialogando de perto com o mundo da Literatura: seus autores e suas obras.

A MORTE DO AUTOR

No século XIX, era comum na crítica literária, como feita por Nietzsche, relacionar o autor e sua obra. Isso pode ser ilustrado pelos desentendimentos entre Nietzsche e Wagner, no qual o filósofo, não aprovando certas atitudes do célebre maestro de Leipzig, passa a enxergar o que considera a decadência de sua produção artística:

Eis o ponto de vista que destaco: a arte de Wagner é doente. Os problemas que ele põe no palco — todos problemas de histéricos —, a natureza convulsiva de seus afetos, sua sensibilidade exacerbada, seu gosto que exigia temperos sempre mais picantes, sua instabilidade, que ele travestiu em princípios, e, não menos importante, a escolha de seus heróis e heroínas, considerados como tipos psicológicos (— uma galeria de doentes!): tudo isso representa um quadro clínico que não deixa dúvidas. Wagner estu nenévrose [Wagner é uma neurose]. (NIETZSCHE, 1999, p. 20).

O estabelecimento da Literatura como disciplina no século XX suscitou grande discussão acerca dessa relação entre o autor e a sua obra. As considerações sobre a vida do autor poderiam ser feitas desde que em seguida à crítica, relegadas à história literária, “que reintegra a obra e o autor

no tempo e no espaço, e explica sobre ela e sobre ele tudo o que pode ser explicado” (VANTIEGHEM, 2011, p. 102). Nesse ensejo, a vida de quem escreve não deveria compor uma crítica literária, atitude considerada extrínseca à obra analisada. Essa ruptura é explicitada na década 1960, quando Roland Barthes fala da morte do autor (BARTHES, 2004, p. 57): “a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem. A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo pelo qual foge o nosso sujeito”. Em outras palavras, o filósofo francês defende a escrita como um espaço mortuário, uma complexa rede de citações, como pode ser conferido nos segmentos destacados: “é a linguagem que fala, não o Autor” (*Id.*, p.59) e o “texto é um tecido de citações, oriundas dos mil focos da cultura” (*Ibid.*, p. 62). Maurice Blanchot, alguns anos antes, havia escrito que “Cada vez que o artista é preferido à obra, esta preferência, esta exaltação do gênio significa uma degradação da arte.” (BLANCHOT, *apud* ALMEIDA, 2011, p. 87). “Esta preferência é um sinal de degradação da arte”, continua o pesquisador Leonardo de Almeida, “porque aponta para uma captura que define e – conseqüentemente – empobrece a experiência criativa. O autor serviria para explicar a obra, quando não há mais experiência a ser vivenciada” (ALMEIDA, 2011, p. 87).

Vale ressaltar, contudo, as vozes dissonantes da popularização deste modo de encarar a crítica, como a conferência de Walter Benjamin (1934). Em “O autor como produtor”, defende que o autor de uma obra estética seja também uma figura pública,

social e, sobretudo, política. Este debate se estende aos dias atuais, nos quais a literatura comparada admite o resgate do percurso do autor, caso seja relevante ao entendimento da obra. Entende-se, conseqüentemente, a obra literária como produto de alguém, isto é, como artefato.

Michel Foucault também contribuiu para esse debate em seu texto intitulado “O que é um Autor?”, perante a *Société Française de Philosophie*. A conferência, ocorrida em 1969, marca um ponto na trajetória do pensamento do filósofo em um tema explorado em obras anteriores. Em sua reflexão, se o autor “desapareceu” do texto ficcional, sua ausência revela, ao invés de um simples espaço, justamente o lugar onde a função do autor é exercida (FOUCAULT, 2009, p. 266-7).

Abordando a questão no referido evento, Foucault utiliza a citação “que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala”, de Samuel Beckett (*apud* FOUCAULT, 2009, p. 267), que serve de mote para o pensador francês. A frase de Beckett exemplifica o lugar principal que a crítica contemporânea relegava à figura do autor – o que seria decorrente de uma vasta produção literária em que o foco ficcional estava no desaparecimento de traços indicativos da figura do autor. Nas palavras do escritor de *As Palavras e as Coisas*, o “apagamento do autor tornou-se, desde então, para a crítica, um tema cotidiano.” (*Id.*, p. 264).

Tal indiferença da produção ficcional até então seria especificada por Foucault por meio de dois temas. Conforme apontado pela pesquisadora Bianka Kelly de Souza (2011, p. 125), esses temas seriam:

Primeiro o de que a escrita hoje se libertou do tema da expressão, só se refere a si própria, mas não se aprisiona na forma da interioridade, ela identifica-se com a sua própria exterioridade manifesta. [...] O segundo tema trata-se do parentesco da escrita com a morte. Essa ligação nos conduz a relembrar as narrativas e as epopeias dos gregos, destinadas a perpetuar a imortalidade do herói, que aceitava morrer jovem para que sua vida, assim consagrada e glorificada pela morte, passasse a imortalidade. Para Foucault a nossa cultura subverteu esse tema da narrativa destinada a conjurar a morte.

Primeiro, a libertação do tema da expressão. “A escrita se basta em si mesma”, diz Foucault (2009, p. 268), o que significa que a literatura se tornara um “jogo de signos” regido pela própria “natureza de significante”. Nas palavras de Roland Barthes (2004, p. 69), em um texto datado de 1971: “O Texto, pelo contrário, pratica o recuo infinito do significado, o Texto é dilatatório; o seu campo é o do significante”. Ao ler este trecho de Barthes e retomando Foucault, a literatura é um jogo sem sentido aparente, ou melhor, um jogo que só tem sentido porque é constituído de signos e os mesmos possuem sentido naturalmente. Constituem-se, nesse âmbito, as brincadeiras literárias, para aplicar um termo que leva em consideração também a função do acaso na criação poética. Mallarmé constituiria um exemplo disso, posto que sua poesia buscava criar sentidos pelo não-sentido aparente das diversas palavras – e sons, por conseguinte

– grafadas em lugares diferentes da página e juntadas no todo da leitura. Flaubert desejava também escrever um livro sobre o nada:

“O que eu gostaria de fazer é um livro sobre nada”. Foi o que escreveu Flaubert a uma sua amiga em 1852. Li nas *Cartas exemplares* organizadas por Duda Machado. Ali se vê que o nada de Flaubert não seria o nada existencial, o nada metafísico. Ele queria o livro que não tem quase tema e se sustenta só pelo estilo. (BARROS, 2012, p. 327).

O epíteto “só pelo estilo”, apenas, adicionaria mais autores à lista, considerando as vanguardas literárias da primeira metade do século e o Modernismo, considerados polos de experimentalismo literário. A constatação, todavia, vai além do experimentalismo. Dizemos isso pois a literatura de cunho realista/naturalista almejava retratar a realidade fidedignamente, tornando o livro, dessa forma, um espelho. Destarte, o autor, frequentemente o narrador em outras circunstâncias, tornava-se um coletor de dados e testemunha dos acontecimentos, relatando-os no livro que ora escrevia. Diminuía-se, assim, a ficção (enquanto terreno da imaginação e do criar não necessariamente relacionado à representação da realidade). A obra literária era entendida pelo Naturalismo como

uma transposição direta da realidade, como se o escritor conseguisse ficar diante dela na situação de puro sujeito em face do objeto puro, registrando (teoricamente sem interferência de outro texto) as noções e impressões que iriam constituir o seu próprio tex-

to. (CANDIDO, 1991, p. 125).

Além disso, o autor escapava de seu próprio texto, fugindo de elementos autobiográficos e usando termos científicos para tal, como podemos evidenciar nas descrições tanto anatômicas quanto clínicas das relações sexuais dos personagens. Quanto a isso, Candido (1991, p. 125) escreve que

a redução à animalidade decorre da redução geral à fisiologia, ou ao homem concebido como síntese das funções orgânicas. A finalidade desta operação parece apenas científica, mas na verdade é também ética, devido às conotações relativas a certa concepção do homem. Ao contrário das aparências, a correlação entre esses dois níveis é visível no Naturalismo, manifestando-se através de camadas correspondentes do estilo, que se contam reciprocamente.

Em suma, o sujeito-autor, aquele que se marca naquilo que escreve, que deixa algo de si em seu texto, haveria desaparecido da literatura, embasado pela crítica literária vigente (FOUCAULT, 2009).

O desaparecimento do autor da literatura, não obstante, acontece pelo apagamento de suas marcas, do sumiço de seu corpo, como criador de sentidos naquilo que se constituiria extensão dele. Isto é, como produção, a literatura seria também um produto de *alguém* e, assim, possuiria marcas de seu produtor. Foucault percebe o contrário, afinal “o sujeito que escreve despista todos os signos de sua individualidade particular” (2009, p. 269). A crítica de então se aproximava dessa afirmativa.

Barthes (2004, p. 62) continua seu pensamento dizendo que o texto não seria mais o produto de um sentido único, isto é, de uma “mensagem do Autor-Deus”, mas, de fato, que se constituiria de um entrecruzamento de citações e de outros textos. A ficção, portanto, seria produto de uma intertextualidade exterior ao próprio autor da obra, mas da qual ele involuntária e inerentemente faria parte. Por fim, como o texto é “feito de escrituras múltiplas” (*Id.*, p. 64), o filósofo conclui que toda essa multiplicidade de discursos se reúne: o leitor, que seria “o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura” (*Ibid.*, p. 64).

A conclusão de Roland Barthes é parte da premissa principal da conferência de Foucault, embora não explicitamente, já que sua intenção não é insistir no tópico do desaparecimento do autor, mas buscar entender o que ficou nesse lugar vazio. Contudo, Foucault percebe que há determinadas noções que inviabilizam a total morte do autor, a saber, a obra e a escrita. Para resumir o pensamento que o filósofo empreende, destaca-se a seguinte dúvida lançada ao longo de seu pronunciamento, qual seja: se for reunir e publicar o que um determinado escritor escreveu em vida, o que conferiria a esse material o estatuto de obra? Rascunhos, textos teóricos, receitas de bolo? (FOUCAULT, 2009, p. 269-270).

No âmbito da Literatura, a comercialização de elementos da vida do autor é bastante comum: livros (auto-) biográficos, entrevistas em jornais, revistas e em livros, cartas íntimas. Para responder

se cartas íntimas ou receitas culinárias fariam parte de uma obra de um autor ou não, Foucault chega à noção de autoria, imprescindível para a discussão sobre o lugar do autor (se é que o autor existe ou deixou de existir) e elabora o seguinte argumento, destacado e resumido pelo professor Teodoro Rennó Assunção (2010, p. 184):

Quando, na sequência, Foucault sugere que os critérios para a definição do autor pela crítica literária tradicional estão próximos dos da exegese cristã, ele se reporta aos critérios de São Jerônimo em *De uiris illustribus*, os quais, de algum modo (ou seja: com a exceção do último dos quatro), situam no interior da própria obra (como também o faz Foucault quanto aos tipos discursivos) – sem a necessidade de remeter ao indivíduo histórico e jurídico que a criou – a noção de autoria.

Logo, pode-se afirmar que o autor estaria ausente da obra não apenas para a crítica, mas também, como indivíduo histórico e jurídico, não seria contemplado pela noção de autoria. Sua escrita bastaria em si mesma: os elementos prosódicos e estéticos das obras tidas como sendo desse autor seriam suficientes para indicar autoria caso houvesse textos apócrifos mesclados ao escrito. Seguindo essa lógica, então, os elementos textuais não precisam da figura do autor, bastam-se enquanto parte de uma teia infinita de relações intertextuais. Michel Foucault, entretanto, ao perceber as complicações “obra” e “autoria”, encontra mais um problema: o nome do autor. Se o autor não existe mais, não haveria motivo

para se continuar insistindo em colocar um nome na capa de um livro ou de se buscar pretensas autorias textuais. Ele chega, assim, ao que chama de “função-autor”, “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 2009, p. 2274). Tal conceito pode ser compreendido como um grupo de características que seriam exercidas dentro desse vazio deixado pelo autor. Entre tais características, destaca-se uma noção de unidade atribuída a um ser racional chamado autor (SOUZA, 2011, p. 128).

Desta maneira, a função-autor existe por questões jurídicas e legais, mas igualmente por ser produto de relações internas e externas à obra, como a unidade conferida aos detalhes e elementos dentro de sua obra. Entendemos que uma obra seja escrita e transcorra de determinada maneira em seu enredo porque acreditamos que isso tenha sido produto de um ser racional, como nós. O autor, assim, seria mais um construto da sociedade. Alguém cuja existência real não importa em si, que conferiu determinada unidade a um grupo de acontecimentos e redigiu-os em um objeto-livro. Essa unidade seria, também, histórica, científica e política, já que esse ser racional faria parte de uma comunidade.

A função-autor, conseqüentemente, exercita no vazio deixado pelo desaparecimento do autor-indivíduo, reúne e confere a unidade atribuída à obra analisada. O indivíduo que a concebeu perde importância para a crítica – continuaria, nos termos de então, “morto” – porém sua função perma-

neceria no texto. De fato, diversos autores ao longo dos séculos XIX e XX, conforme mencionado anteriormente neste artigo, tentaram ausentar-se de sua produção estética, apagando seus rastros e suas marcas. A função-autor continuaria lá – afinal, sabe-se que *Ulysses* é de autoria de James Joyce, assim como que *Un Coup de Dés* é de Mallarmé – exercendo sua força e marcando-se na unidade conferida ao texto.

POCOCK: O AUTOR E O ROMANCE

Nessas condições, as obras artísticas são intertextuais, ou seja, ao lermos algo, impregnados de nosso estoque de conhecimento, podemos enxergar, muitas das vezes, conexões que o autor não previa evidenciar ou se aprofundar. Dito isto, a seção “O autor e o romance”, do texto de Pockock abordado por este artigo, dialoga com essa longa discussão, ao citar autores pronunciando-se acerca de lugares.

Estamos falando de um contexto em que uma obra era criticada de forma intrínseca, analisando os personagens no contexto do enredo, como visto nas páginas anteriores. Diante deste quadro, Pockock escreve que, durante muito tempo, a crítica literária tratou o lugar de forma subvalorizada. Ao longo deste trecho, é possível apreender a expressão do lugar por meio dos autores, analisando-os em seu contexto.

O lugar possui seu espírito, plenamente compreendido somente por aqueles que são do lugar. Nesse sentido, os livros em sintonia com o senso de lugar, expondo uma relação simbiótica

entre lugar e personagem, podem ser considerados como notáveis. A observação de um lugar, vale dizer, não é suficiente. O conhecimento de fato de um lugar envolve a condição de ser do lugar. Alguns escritores do Velho Continente, como frisa Pocock, fixaram longa residência em outros países, como os do continente africano, e foram reconhecidos por escreverem clássicos admirados por terem, segundo os críticos, capturado a espécie do lugar. Aqueles que são do lugar, contudo, não se enxergam na descrição feita por tais obras, o que pode ser considerado um ponto de vista europeu sobre a África.

Ao lado disso, pode-se perceber a valorização do lugar quando escritores referem-se laconicamente a lugares estrangeiros. Por exemplo, Thomas Hardy pontuou que sua descrição de determinados lugares escoceses, embora não parecessem escoceses aos olhos dos próprios nativos, pelo menos assim o pareciam aos ingleses (POCOCK, 1981, p. 338). Além de outros autores citados, a posição de Graham Greene (1904-1991) é ainda mais interessante:

Perhaps no one can write in depth about a foreign country – he can only write about the effect of that country only his own fellow countrymen [...] He can only “touch in” the background of the foreign land⁷. (GREENE apud POCOCK, 1981, p. 338).

⁷“Talvez ninguém possa escrever em detalhe sobre um país estrangeiro – pode-se apenas escrever sobre o efeito daquele país nos seus próprios conterrâneos [...] Ele pode apenas tocar de leve no pano de fundo de um país estrangeiro”.

Tal dificuldade é oriunda de avaliações etnocêntricas desses autores enquanto parte do problema universal do relacionamento entre o autor e o mundo conforme ele o observa e o descreve (POCOCK, 1981, p. 338). Não apenas o problema envolve o lugar, mas estende-se ao tempo, à sociedade e à classe. Por exemplo, as crianças: não é comum que estas escrevam livros, porém inúmeras obras as retratam. A autenticidade de sua caracterização, demonstra Pocock, é julgada pela sociedade letrada e literária que produz tais trabalhos e não exclusivamente para aqueles cujo mundo foi descrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que analisa-se a obra como um produto redigido por um indivíduo e que este encontra-se como parte constitutiva de um meio, os argutos apontamentos de Douglas Pocock mostram-se frutíferos tanto aos estudiosos da Geografia quanto aos da Literatura. O uso do conceito de lugar, percebendo-o como fruto de uma relação dialética com aquele que ali se encontra, pode auxiliar imensamente o teórico de Literatura, posto que a apreensão do mundo à volta do sujeito é justamente aquilo de que a obra literária é feita. Quanto mais verossímil tal apreensão, tanto melhor é considerado o texto.

Pretendemos, assim, com este artigo descortinar o debate pelo qual perpassa o artigo de Pocock ao abordar a relação dialética entre o autor e o lugar e a apontar sucintamente sua importância para a interlocução entre as duas referidas áreas do conhecimento. Este artigo compõe um

esforço que se desdobrará, como pretendemos, em outros textos, de maneira a contribuir com as discussões no campo da geografia e da literatura, trazendo à memória o nome de Pocock, responsável por abrir caminhos nos estudos geográficos.

O presente artigo foi escrito a quatro mãos, unindo um estudioso da geografia e outro da literatura, na difícil tarefa de traduzir as questões levantadas por tão belo e filosófico artigo. Importante ressaltar, o termo "tradução" não significa pura e simplesmente reverberizar em outra língua, mas, de fato, buscar recriar em um novo sistema os conceitos e as reflexões a partir do texto base.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. P. Reflexões sobre o reinado do autor e sua mitologia correspondente. In: BITTENCOURT, Luís; BITTENCOURT, Renato Nunes. **Comunicação, consumo e subjetividade**. Rio de Janeiro: Ventura, 2011. p. 87-99.
- ASSUNÇÃO, T. R. **O que é um autor?** de Foucault, e a questão homérica. *Nuntius antiquus*, Belo Horizonte, n. 6, p.181-200, dez. 2010. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/nuntius/data1/arquivos/006.12-Teodoro_Renno181-200.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- BENJAMIN, W. O autor como produtor. In: _____. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1. p. 120-136.
- BARROS, M. de. Pretexto. In: _____. **Poesia completa**. São Paulo: LeYa, 2010, p. 327.
- BARTHES, R. A morte do autor. In: _____. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 57-64.
- _____. Da obra ao texto. In: _____. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 65-75.
- BROSSEAU, M. Geografia e literatura. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.17-77.
- CANDIDO, A. De cortiço a cortiço. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 30, p.111-129, 1991.
- FOUCAULT, M. O que é um Autor? In: MOTTA, M. B. (Org.). **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p.264-298. (Coleção Ditos e Escritos).
- MARANDOLA, J. A. M. S. O Geógrafo e o romance: aproximações com a cidade. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 1, p. 61-81, jan./abril 2006.
- NIETZSCHE, F. **O caso Wagner**. Trad. P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [1888?].
- NUNES, B. A visão romântica. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 51-74.
- POCOCK, D. C. D. Place and the novelist. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 6, n. 3, p. 337-347, 1981.
- SOUZA, B. K. Que importa quem fala? o desaparecimento do autor segundo Michel Foucault. **Intuição**, v. 4, n. 2, nov. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuicao/article/view/9676/7212>>. Acesso em: 15 mar. 2013, p. 123-132.
- VAN TIEGHEM, P. Crítica literária, história literatura, literatura comparada [1931]. In: COUTINHO, E.; CARVALHAL, T. F. **Literatura**